

PT, uma “narrativa”

PT, a “narrative”

Valter Pomar*

Resenha: BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Palavras-chave: Brasil; Partido dos Trabalhadores; social-democracia.

Keywords: Brazil; Workers' Party; Social Democracy.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES foi fundado em 1980. Aos 43 anos, é uma das instituições políticas mais influentes no Brasil pós-ditadura militar (1964-1985). Basta lembrar que, das nove eleições presidenciais diretas realizadas desde então (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022), cinco foram vencidas por uma candidatura petista; nas outras quatro, uma candidatura petista ficou em segundo lugar. Se não fosse por outros motivos, essa fortaleza eleitoral já justificaria a extensa literatura acerca do Partido dos Trabalhadores. Parte dessa literatura está relacionada na bibliografia elaborada por Carlos Henrique Menegozzo, Dainis Karepovs, Aline Fernanda Maciel, Patrícia Rodrigues da Silva e Rodrigo Cesar, do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo.¹ Outra parte é citada na “pequena revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores”, escrita em 2018, por Glauber Cruz.²

A maior parte da literatura acerca do PT aborda aspectos de sua trajetória e funcionamento. Poucos textos se propuseram a interpretar o conjunto da obra. Este é o caso do livro lançado, no final de 2022, pela Companhia Editora das Letras: *PT, uma história*, escrito por Celso Rocha de Barros, sociólogo e colunista do jornal *Folha de S.Paulo*. O livro

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Bacharelado de Relações Internacionais e da Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: pomar.valter@ufabc.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9223-0748>.

1 MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri. **Partido dos Trabalhadores:** bibliografia comentada (1978-2002). Colaboração: Dainis Karepovs *et al.* São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

2 CRUZ, Glauber E. R. Uma pequena revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores e um objeto de pesquisa em pauta: o parlamentar como ator político e partidário. **Mneme - Revista de Humanidades**, [s.l.], v. 18, n. 41, p. 11-46, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/13352>. Acesso em: 19 set. 2023.

de Celso Rocha de Barros é muito agradável de ler e sua edição é correta, com direito a agradecimentos, notas, referências bibliográficas e índice remissivo. Ao longo de 16 capítulos, há muitas informações e interpretações úteis para quem deseja conhecer e estudar o Partido dos Trabalhadores. Infelizmente, não há imagens, nem se dá acesso à íntegra das “65 longas entrevistas e algumas dezenas de conversas curtas” que o autor informa ter feito. Entretanto, apesar de todo esse meritório esforço, a palavra “história”, presente no título do livro, deve ser interpretada *cum grano salis*. A cautela deve-se, principalmente, ao fato de que, numa obra dedicada à história do Partido dos Trabalhadores, a classe trabalhadora, sua vida cotidiana, sua visão de mundo e seus enfrentamentos com a classe dominante são, no mais das vezes, convertidos em **decoração** de uma “história política”. E esta, por sua vez, é construída a partir de paradigmas europeus acerca do que seria ou deixaria de ser um partido social-democrata, noutros termos, acerca do que o PT **deveria ter sido**.

A esse respeito, é instrutivo ler o verbete “hipótese” do *Manual de Redação da Folha*:³

Toda pauta parte de uma hipótese, ou seja, de uma suposição inicial que vai ser corroborada ou não pela reportagem. Procure cristalizá-la na forma de uma sentença, que, se confirmada, pode depois se tornar o título da matéria. Refletir sobre hipóteses ajuda a organizar melhor o trabalho de reportagem. Um exemplo: na preparação da cobertura de uma greve geral, repórteres e editores discutem se é mais provável que ela fracasse ou que tenha sucesso; ou, ainda, se a iniciativa das centrais sindicais visa unicamente a conquistar benefícios para os trabalhadores ou a atingir objetivos político-partidários.

Noutras palavras: a greve citada no *Manual* está presente, mas corre o grande risco de virar mera **decoração**, um pretexto para apresentar o julgamento prévio – disfarçado de “hipótese” – dos editores. Esse procedimento, tão comum nas grandes empresas de comunicação, quando transposto para o terreno da produção historiográfica, converte as classes, seus integrantes e instrumentos, em “atores” de um roteiro escrito por terceiros que se enxergam acima e fora dos processos descritos. Outra abordagem é possível? Recomenda-se, a respeito desta pergunta, ler o livro *Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil*,⁴ de John D. French. Ou o primeiro volume da coleção *História do Petismo*.⁵

Vale dizer que o título do livro de Celso Rocha de Barros é explícito a respeito: não se intitula “a” história, mas “uma” história. Para usar a palavra da moda, uma “narrativa”. Ou, se quisermos, um livro-reportagem acerca do PT. Visto desta perspectiva, o livro de Celso Rocha de Barros tem, pelo menos, um grande defeito e uma grande virtude. O grande defeito é não dedicar a atenção devida à política internacional do Partido dos Trabalhadores. O Foro de São Paulo, por exemplo, desaparece. Pode ter sido um lapso. Mas existe outra hipótese para esta surpreendente lacuna. A saber: a política internacional do PT e, guardadas as proporções, a política externa dos governos Lula e Dilma são cheias de provas de que os caminhos da

3 **Manual de Redação da Folha**. São Paulo: Publifolha, 2021.

4 FRENCH, John D. **Lula e a política da astúcia: de metalúrgico a presidente do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular/Editora da Fundação Perseu Abramo, 2022.

5 FONTES, Paulo; POMAR, Valter. **História do petismo** [livro eletrônico]. v. I. 1ª ed. São Paulo: ELAHP, 2023.

esquerda latino-americana são **estruturalmente** distintos da esquerda europeia. E o Foro de São Paulo é uma das demonstrações mais cabais disto. É diferente atuar numa sociedade imperialista e numa sociedade submetida ao imperialismo. Aqui, ser “comunista” ou “social-democrata”, ser “revolucionário” ou “reformista”, não tem o mesmo significado que lá.

Celso Rocha de Barros não ignora esta essa diferença. Por exemplo, fala que Marco Aurélio Garcia

[...] foi um dos grandes representantes de uma corrente muito forte no PT, o terceiro-mundismo, a aliança entre os países pobres para fazer frente aos países ricos. É uma ideia ótima, mas traz o risco de que tudo que se critique na discussão sobre socialismo volte pela porta do anti-imperialismo: as ditaduras de esquerda do Terceiro Mundo deixam de ser apontadas como modelos, mas tampouco são criticadas, pois são aliadas potenciais da luta terceiro-mundista. Essa tensão nos permite perguntar, inclusive, quanto da identidade social-democrata vem da posição da Europa na Guerra Fria, quando o continente fez questão de não dissolver sua identidade em nenhum dos ‘polos ideológicos’.

Mas, mesmo depois de esbarrar no problema –a “identidade” europeia da social-democracia– Celso Rocha de Barros não consegue escapar do “manual” e conclui que “os social-democratas do Terceiro Mundo enfrentam outros desafios diplomáticos e isso talvez influencie suas formulações sobre si mesmos” (p. 173). Noutro trecho do livro, Celso Rocha de Barros chega, inclusive, a associar o PT dos anos 1980 com o Syriza grego e com o Podemos espanhol (p. 313). Qual seria a explicação alternativa? A de que a tradição social-democrata surgiu na Europa e se mantém até hoje fiel a essa “identidade”. Motivo pelo qual a maior parte da social-democracia europeia tomou partido, na Guerra Fria, contra o “comunismo”. Nos anos 1980, mas especialmente depois da dissolução da União Soviética, a social-democracia europeia foi deslizando em direção ao neoliberalismo. Hoje, também majoritariamente, são aliados dos Estados Unidos na guerra contra o “totalitarismo”. Qual era o grande atrativo da social-democracia europeia? O chamado estado de bem-estar social. Acontece que o *welfare state* não é compatível com o capitalismo realmente existente na periferia do mundo. Motivo pelo qual aqueles que desejam “reformular” o capitalismo periférico enfrentam, periodicamente, uma escolha de Sofia: ou abandonam seu programa reformista, ou abandonam sua estratégia reformista. Sem falar dos que se limitam a ser uma caricatura da social-democracia clássica, como é o caso do PSD (1945) e, também, do PSDB (1988).

E a tradição comunista? Esta assumiu três formas principais: em alguns países europeus, iniciou como minoria revolucionária, se converteu em braço armado da luta contra o nazifascismo e depois em ala esquerda da social-democracia. Em outras regiões do mundo, se converteu em protagonista da luta anti-imperialista, em alguns poucos casos (como China, Coreia e Vietnã) conseguindo tomar o poder e iniciar transições socialistas. Mas na maior parte dos países, o movimento comunista manteve a luta contra o imperialismo circunscrita à defesa do desenvolvimento capitalista nacional, depois do qual se tornaria supostamente possível a luta direta pelo socialismo. Esse é um dos motivos que explica, em países como

Cuba e Brasil, que os maiores avanços da esquerda tenham se dado à margem do movimento comunista oficial. Resumo da ópera: se quisermos compreender a tradição de esquerda na periferia do mundo, inclusive na América Latina, é melhor fugir da dicotomia “social-democracia versus comunismo”. Uma análise da história do Foro de São Paulo, criado em 1990, deixaria isto evidente. Mas, como já dissemos, o Foro desaparece no livro de Celso Rocha de Barros.

Se o grande defeito do livro *PT: uma história* parece ser o citado nos parágrafos anteriores, sua grande virtude é assumir, de maneira bastante explícita, o ponto de vista a partir do qual constrói uma “narrativa”: o daqueles que gostariam que o Partido dos Trabalhadores assumisse o papel de “modernizar”, de “civilizar” o capitalismo brasileiro. Missão impossível até mesmo para Tom Cruise, mas que motiva tanto setores do PT quanto, principalmente, setores do Partido da Social Democracia Brasileira. Nesse sentido, o livro não é apenas uma “narrativa”, é uma arma nesse combate travado dentro da esquerda brasileira acerca de como lidar com o capitalismo realmente existente em nosso país. Nesse combate se enfrentam, de um lado, aqueles que consideram que só superando o capitalismo será possível um salto qualitativo em termos de soberania, desenvolvimento, bem-estar e liberdades democráticas. E, de outro lado, aqueles que consideram ser possível, nos marcos do capitalismo, garantir altos níveis de soberania e de desenvolvimento, bem como ampliar qualitativamente a qualidade de vida e as liberdades democráticas da maioria do povo.

Os partidários desse segundo ponto-de-vista enxergam a si mesmos como social-democratas, entre outros motivos porque têm como paradigma a construção, em nosso país, de uma sociedade que combine economia de mercado, democracia e bem-estar. O problema, como já foi referido, é que a social-democracia realmente existente no Brasil foi responsável, nos anos 1990, por implementar programas neoliberais. E um dos que mais se opôs a isso foi, exatamente, o Partido dos Trabalhadores. Para quem observa a situação a partir do paradigma europeu, isso parece ser produto de um notável mal-entendido, uma “tragédia” no sentido grego da palavra. E para remediar essa situação, far-se-ia necessário reaproximar os social-democratas do PT e do PSDB. E para isso se tornar possível, é preciso, entre outras coisas, fazer uma operação de revisionismo histórico.

A esse respeito, um detalhe que chega a ser engraçado, de tão revelador: na “história do PT” contada pelo livro, Fernando Henrique Cardoso é não apenas figura constante, mas consegue ser apresentado antes de qualquer referência a Lula. Celso Rocha de Barros cita um artigo de FHC, publicado no jornal *Versus*, em 1977, para concluir o seguinte: “é muito, muito parecido com a proposta original do PT.” E vai além: diz que o PT “herdaria essa pauta” desenhada por FHC (p. 32). Também por conta desse revisionismo histórico, Celso Rocha de Barros distribui, ao longo do livro, várias **censuras** contra atitudes desviantes, ou seja, que contradizem o rumo que a história “deveria” ter seguido. Citaremos a seguir alguns exemplos; outros podem ser encontrados no texto *Glosando Celso Rocha Barros*.⁶

6 Texto disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com/2023/09/glosando-celso-rocha-de-barros-pt-uma.html>.

Sobre a decisão do PT de não comparecer ao Colégio Eleitoral, Rocha de Barros diz o seguinte: “foi um erro. Continuar com os comícios era puxar a transição para a esquerda. Não votar em Tancredo –por mais que o PT estivesse coberto de razão na defesa das Diretas– transmitia uma mensagem completamente diferente. As esperanças criadas pelos atos não se transformaram na frustração que os petistas queriam expressar com sua abstenção. Viraram esperança em Tancredo, a quem o PT parecia fazer oposição” (p. 83). Logo depois é dito que “a campanha das diretas jamais teria sido interrompida se a expectativa fosse a vitória de Sarney no Colégio Eleitoral”; mesmo assim, Celso Rocha de Barros reafirma que “no caso do Colégio Eleitoral”, o PT fez “besteira”.

Sobre o Congresso Constituinte, eleito em 1986, Rocha de Barros afirma que “a esquerda agiu razoavelmente unida (ou, ao menos, muito mais unida do que de hábito). Era como se o Partido Popular de Almino Afonso tivesse sido criado para escrever a Constituição brasileira” (p. 131). Mas, no “finalzinho da Constituinte, o PT tomou uma daquelas decisões que visam sinalizar pureza, mas que só indicam sectarismo” (p. 137), tendo sido “um erro votar contra o texto final da Constituinte” (p. 138).

Sobre as eleições de 1989, Rocha de Barros diz que o “fato” de “Brizola e Lula terem praticamente a mesma votação no primeiro turno também mostra que o PT poderia ter votado em Tancredo no Colégio Eleitoral e a favor do texto final da Constituição, como fez o PDT, sem prejudicar sua imagem de independência em relação ao governo Sarney” (p. 154). Ainda sobre as eleições de 1989, Celso Rocha de Barros afirma que “o apoio de Ulysses teria provavelmente decidido a eleição. O imenso peso do PMDB seria uma força moderadora crível para o radicalismo do PT” (p. 159).

Sobre as expulsões de quatro parlamentares petistas, decidida pelo Diretório Nacional do PT, no final de 2003, Celso Rocha de Barros diz o seguinte: “Os militantes expulsos tinham, e continuaram tendo, histórias valorosas de militância, mas a decisão da direção nacional foi correta” (p. 237). A votação foi 55 a favor e 24 contra; os argumentos dos 24 que votaram contra a expulsão não é citada. Já Celso Rocha de Barros informa o seguinte: “Os petistas que, sendo contra a reforma, votaram a favor dormiram com a consciência pesada. Por outro lado, se os radicais tivessem vencido e derrubado já no primeiro ano a estrutura de governança do primeiro governo de esquerda do Brasil, talvez não dormissem tranquilos” (p. 237).

Sobre a política econômica dos governos Lula, Rocha de Barros afirma que “Palocci foi um dos grandes ministros da Fazenda da história do Brasil” (p. 269). E agrega que a diferença de política macroeconômica do primeiro para o segundo governo Lula foi “muito pequena” (p. 288). Como já disse alguém, se as coisas não tivessem sido como foram, elas não seriam como são. Claro que é possível argumentar que, se tivesse sido mais moderado nos anos 1980, o PT poderia ter vencido as eleições presidenciais mais cedo. Assim como é possível sustentar que, se tivesse sido mais radical durante os governos Lula e Dilma, o PT poderia ter impedido o golpe. Mas estas e outras suposições, especialmente quando feitas

em grande quantidade, nos distanciam da história e nos empurram para o movediço terreno do contrafactual.

O fato de Celso Rocha de Barros incluir essas afirmações em seu livro tem uma motivação fundamental: criticar todos os momentos em que o PT ficou à esquerda de onde supostamente deveria estar (como nos casos já citados do Colégio Eleitoral, da Constituinte, das eleições de 1989) e elogiar todos os momentos em que ele teria agido de maneira aparentada ao PSDB (é o caso da reforma da Previdência e da política econômica de Palocci). Aliás, ao mesmo tempo que é crítico acerca de algumas opções radicais feitas pelo PT ao longo de sua trajetória, Celso Rocha de Barros é farto em elogios ao PSDB e similares. Exemplos disso podem ser encontrados no já citado texto *Glosando Celso Rocha Barros*⁷. Essa atitude de elogio aos que fizeram oposição ao PT chega ao ponto de Rocha de Barros dizer, sobre a derrubada de Dilma, não teria sido um golpe, mas sim um “erro” (pp 342-345). E sobre a ação dos militares para impedir a candidatura Lula, Rocha de Barros afirma que “não se sabe se a ameaça do general Villas Bôas influenciou na decisão do STF” (p. 354). Quanto à prisão de Lula, Rocha de Barros afirma que teria sido “extemporânea: ocorreu quando a operação já declinava” (p. 360).

Os exemplos citados acima e no texto referido não tiram o mérito da obra, apenas confirmam que o livro de Celso Rocha de Barros é principalmente uma arma numa batalha de ideias, uma ótima síntese de certos pontos de vista defendidos por uma parte da esquerda brasileira e, inclusive, por uma parte do PT. Claro que há momentos em que o excesso de velas ameaça incendiar a igreja. Por exemplo, quando Rocha de Barros diz que os militares teriam deixado o PT prosperar porque “talvez a ditadura tivesse sociólogos que apostavam que partidos operários de massa evoluíam em geral para a social-democracia”, afirmação que é acompanhada da frase: “mas não conheço registro disso” (p. 67).

O principal exagero está na seguinte afirmação: “Na visão política de Gramsci, a violência continua existindo, mas quase sempre é sinal de fraqueza. Uma hegemonia burguesa robusta para ele não é o governo Médici. É o governo Lula” (p. 115). Não sei o que Gramsci diria se soubesse desta afirmação. Mas como vivemos em tempos de “narrativa”, vale tudo.

Recebido em: 23/09/2023

Aprovado em: 30/10/2023

7 Texto disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com/2023/09/glosando-celso-rocha-de-barros-pt-uma.html>.